

Domingos Fernandes

(Universidade de Lisboa | Instituto de Educação)





FOLHA # Rubricas de Avaliação Domingos Fernandes

(Universidade de Lisboa | Instituto de Educação)

MAIA

PROJETO DE MONITORIZAÇÃO ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO EM AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA « Versão de trabalho | Projeto MAIA

Índice

Sobre as rubricas, suas características e seus propósitos	3
A relevância das rubricas nos processos pedagógicos	5
Aspetos a considerar na elaboração de rubricas	6
TAREFAS	8
Tarefa 1	8
Tarefa 2	<u>9</u>
Tarefa 3	10
Bibliografia	11



Sobre as rubricas, suas características e seus propósitos

A utilização de rubricas de avaliação constitui um procedimento bastante simples para apoiar a avaliação de uma grande diversidade de produções e desempenhos dos alunos. Na verdade, desde a apresentação oral de trabalhos, passando por qualquer trabalho escrito até ao desempenho na manipulação de uma máquina, de uma viola ou de um qualquer instrumento, as rubricas podem ser excelentes auxiliares para ajudarem quer os alunos, quer os professores a avaliar a qualidade do que é necessário aprender e saber fazer.

Para a grande maioria dos autores, as rubricas deverão incluir o conjunto de critérios que se considera traduzir bem o que é desejável que os alunos aprendam e, para cada critério, um número de descrições de níveis de desempenho. Ou seja, para um dado critério, poderemos ter, por exemplo, três, quatro ou mesmo cinco níveis de desempenho que deverão traduzir, se quisermos, orientações fundamentais, para que os alunos possam regular e autorregular os seus progressos nas aprendizagens que têm de desenvolver. Assim, numa rubrica, deveremos ter sempre dois elementos fundamentais: um conjunto coerente e consistente de critérios e um conjunto muito claro de descrições para cada um desses critérios.

É importante atentarmos no que nos diz Susan Brookhart acerca da natureza das rubricas. Na verdade, esta autora refere que, embora as rubricas nos permitam avaliar, elas são descritivas e não avaliativas por natureza. Em vez de julgar o desempenho, professores e alunos verificam qual a descrição que melhor o pode representar. Assim, antes do mais, as rubricas permitem desenvolver uma avaliação de referência criterial. E isto significa que estamos a comparar o que os alunos sabem e são capazes de fazer num dado momento com um ou mais critérios e suas descrições e não com uma média ou com um grupo, como acontece na avaliação de referência normativa.

É igualmente relevante sublinhar que as rubricas podem ser utilizadas quer no contexto da avaliação formativa, avaliação *para as* aprendizagens, ou seja, para distribuir *feedback* de elevada qualidade, quer no contexto da avaliação sumativa, avaliação *das* aprendizagens, para que, num dado momento, se possa fazer um balanço ou um ponto de situação acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer. Neste sentido, as rubricas que nos interessam neste âmbito inserem-se no contexto da avaliação pedagógica, pois são utilizadas nas salas de aula e podem contribuir para apoiar as aprendizagens dos alunos e o ensino dos professores através daquelas duas modalidades de avaliação.

É óbvio que, se as rubricas podem ser utilizadas no contexto da avaliação sumativa, então podem ser utilizadas para mobilizar informação para efeitos da atribuição de classificações. Por isso, poderemos considerar um terceiro elemento que pode integrar as rubricas e que muitos autores designam por *standards*. Este termo é, por vezes, objeto de alguma confusão, pois é utilizado por alguns autores como sinónimo da descrição de um dado nível de desempenho e, por outros, como uma pontuação, numa dada escala, correspondente a essa mesma descrição (*e.g.*, 1, 2, 3; A, B, C, D, F; <10, 10-13, 14-17, >17). É necessário estar atento em relação a esta possível confusão. No âmbito deste projeto, utiliza-se o termo *standard* (por vezes traduzido por *padrão* e também por



norma) como uma pontuação numa escala correspondente a uma qualquer descrição de desempenho.

Como acontece com qualquer estratégia, processo ou tarefa de avaliação, as rubricas podem ser mais ou menos eficazes e úteis para avaliar certos objetos. Mas será sempre bom ter presente que as rubricas são sobretudo destinadas a apoiar a avaliação do desempenho dos alunos seja, por exemplo, na manipulação de uma ferramenta ou de um equipamento de laboratório, que se pode avaliar observando, seja num ensaio escrito a partir de um conjunto de textos, que se pode avaliar através da sua leitura. Em qualquer dos casos, a rubrica pode ser um excelente auxiliar, pois, normalmente, ajuda-nos a melhorar muito a consistência, o rigor e, em geral, a qualidade da avaliação realizada.

Na Figura 1 listam-se tipos de desempenho em que as rubricas poderão ser utilizadas como apoio importante à avaliação. Muitos outros exemplos poderiam ser acrescentados e deve ficar claro que as rubricas podem ser utilizadas em qualquer nível de ensino e em qualquer percurso de educação e formação.

Figura 1. Desempenhos que podem ser avaliados com o auxílio de rubricas (adaptada de Brookhart, 2012, p. 5).

Natureza ou Tipo de Desempenho	Exemplos
Processos	Tocar um instrumento
 Destrezas (skills) físicas Utilização de equipamentos Apresentações/Comunicações orais Hábitos de trabalho 	 Fazer um dado exercício de ginástica acrobática Preparar uma lamela para o microscópio Falar sobre um tema perante a turma Ler alto Conversar numa língua estrangeira Trabalhar autonomamente
Produtos	Estante de madeira
 Objetos produzidos Produções escritas tais como ensaios, relatórios, reações críticas sobre temas específicos, reflexões no final de um dado período Outras produções académicas que possam evidenciar compreensão de conceitos 	 Conjunto de soldaduras Avental feito à mão Pintura a aguarela Relatório de trabalho laboratorial Trabalho escrito sobre as comemorações do dia 25 de abril Análise escrita acerca dos efeitos dos fundos europeus no desenvolvimento de Portugal Modelo ou diagrama de uma estrutura (átomo, sistema planetário, flor, etc.) Mapa conceptual



A relevância das rubricas nos processos pedagógicos

A relevância das rubricas de avaliação decorre do simples facto de clarificarem o que os alunos devem aprender e saber fazer. Ou seja, perante uma rubrica que se assume que é clara e bem construída, alunos e professores ficam bem cientes acerca das características e das qualidades, que o trabalho deve ter, para evidenciar as aprendizagens realizadas. Assim, pode dizer-se que as rubricas contribuem para materializar uma ideia fundamental no contexto da avaliação pedagógica: articular as aprendizagens com o ensino e a avaliação. Ou seja, elas podem e devem ser utilizadas para ajudar os alunos a aprender e os professores a ensinar. Além disso, permitem que ambos avaliem o trabalho realizado.

Uma vez que as rubricas estão focadas nas aprendizagens dos alunos, os professores tenderão a centrar-se menos nas tarefas que têm de fazer e mais nas aprendizagens que os alunos têm de desenvolver. No fundo, esta ideia implica que o foco tem de ser mais no que os alunos têm de aprender e saber fazer e menos no que estamos a pensar ensinar. Na verdade, a construção de uma qualquer rubrica obriga a que a nossa atenção esteja nos critérios através dos quais as aprendizagens são avaliadas. Consequentemente, a preocupação está nas aprendizagens a realizar no âmbito de um dado conteúdo ou domínio curricular. Uma coisa será dizer "hoje ensinei os quadriláteros" e outra, bem diferente, será referir explicitamente as aprendizagens a realizar no âmbito do domínio dos quadriláteros.

É desejável que a mesma rubrica possa ser utilizada numa diversidade de tarefas e ao longo de um determinado período de tempo. Fará todo o sentido, perante um dado domínio do currículo e determinadas aprendizagens essenciais a realizar, utilizar uma única rubrica para a realização de uma diversidade de tarefas. Deste modo garante-se mais consistência e rigor na avaliação realizada, quer seja formativa ou sumativa, permitindo que alunos e professores trabalhem, tendo os mesmos critérios como referentes fundamentais.

Os alunos deverão sempre ter acesso às rubricas que estão a ser utilizadas e, inclusivamente, sempre que tal seja possível, participar na identificação de critérios e na descrição dos desempenhos considerados relevantes para as aprendizagens a desenvolver. Não cabe aqui elaborar sobre esta questão tão relevante, mas é importante que ela possa ser objeto de reflexão. Adianta-se, no entanto, que os resultados da investigação neste domínio mostram claras vantagens para as aprendizagens dos alunos quando estes têm acesso às rubricas e/ou participam na sua elaboração.



Aspetos a considerar na elaboração de rubricas

Tendo em conta o que foi dito anteriormente, uma rubrica de avaliação, em geral, inclui quatro elementos: a) a descrição geral da tarefa que é objeto de avaliação; b) os critérios; c) os níveis de descrição do desempenho relativamente a cada critério; e d) a definição de uma escala que atribui a cada nível de desempenho uma dada menção.

Na Figura 2 mostra-se uma disposição possível para cada um daqueles elementos, ficando evidente a necessidade de se definirem critérios e, relativamente a cada um deles, de descrever os respetivos níveis de desempenho. Além disso, a inclusão de *standards* distribuídos por uma escala suscita reflexões relativamente a uma grande diversidade de possibilidades quanto à sua natureza (qualitativa ou quantitativa), à sua dimensão e à sua real utilidade nos processos de avaliação e de classificação.

Figura 2. Exemplo da organização geral de uma rubrica de avaliação.

	Descrição Ger	al da Tarefa (Objeto de Avaliaçã	ăo)
		Standards	
Critérios	1	2	3
Critério 1	Descrição do Nível de	Descrição do Nível de	Descrição do Nível de
Criterio 1	Desempenho	Desempenho	Desempenho
Critério 2	Descrição do Nível de	Descrição do Nível de	Descrição do Nível de
Criterio 2	Desempenho	Desempenho	Desempenho
Critério 3	Descrição do Nível de	Descrição do Nível de	Descrição do Nível de
Criterio 3	Desempenho	Desempenho	Desempenho

A descrição geral da tarefa deverá indicar, genericamente qual o objeto de avaliação, por exemplo, Participação no Trabalho de Grupo, Propriedades e Classificação de Quadriláteros, Resolução de Problemas de Processo, Manipulação de uma Máquina ou Instrumento, Desenho de uma Instalação e Apresentação Oral.

As descrições dos níveis de qualidade do desempenho são normalmente definidas partindo de um elevado nível para um nível mais baixo ou vice-versa. A título de exemplo, atente-se na Figura 3, que mostra uma rubrica para avaliar mapas conceptuais relativamente ao critério Relações entre Conceitos.

Figura 3. Avaliação de Mapas Conceptuais

	Desempenho no âmbito dos Mapas Conceptuais					
	Standards					
Critérios	1	2	3			
	Relações entre os	Relações entre os	Relações claras entre os conceitos.			
	conceitos não são	conceitos são	Componentes e subcomponentes			
Relações entre	claras.	evidentes.	hierarquicamente organizadas			
Conceitos	Desorganização das	Componentes e				
Conceitos	componentes e	subcomponentes				
	subcomponentes.	nem sempre				
		organizadas.				



Quanto aos standards, repare-se que, para além de escalas numéricas, poderemos igualmente considerar sequências de expressões tais como: Supera as Expectativas, Dentro das Expectativas, Aquém das Expectativas; Excelente, Muito Bom, Bom, Satisfatório, Insatisfatório; e Domina Muito Bem, Domina Bem, Domina Parcialmente, Não Domina.



TAREFAS

						i				
As	taretas	sobre	rubricas o	iue se se	guem d	evem s	er realiza	adas em	neguenos	s grupos.

		•	-	
71		ナつ	1	
aı	C	ıa	- 4	

Discuta o conceito e a natur elaboração.	reza das rubricas	e os aspetos qu	ue devem ser	tidos em cor	nta na su



Tarefa 2.

Analise e discuta três possíveis contribuições da utilização de rubricas para melhorar as práticas de avaliação pedagógica.



Tarefa 3.

Construa uma rubrica que possa ser utilizada na avaliação do "sentido de responsabilidade dos alunos" ou da sua "participação no trabalho de grupo". Enumere eventuais dificuldades sentidas na sua elaboração e estratégias que podem ajudar a superá-las.



Bibliografia

- Brookhart, S. (2012). How to create and use rubrics for formative assessment and grading. Alexandria, VA: ASCD.
- Fernandes, D., Borralho, A., Vale, I., Gaspar, A. & Dias, R. (2011). Ensino, avaliação e participação dos alunos em contextos de experimentação e generalização do novo programa de matemática do ensino básico. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. [http://hdl.handle.net/10451/10312]
- Fernandes, D. (2011). Articulação da aprendizagem, da avaliação e do ensino: Questões teóricas, práticas e metodológicas. In J. M. DeKetele e M. P. Alves (Orgs.), Do currículo à avaliação, da avaliação ao currículo, pp. 131-142. Porto: Porto Editora. [http://repositorio.ul.pt/handle/10451/6988]
- Ferraz, M. J., Carvalho, A., Dantas, C., Cavaco, H., Barbosa, J. Tourais, L. e Neves, N. (1994). Avaliação Criterial e avaliação normativa. In Domingos Fernandes (Coord.), Pensar avaliação, melhorar a aprendizagem (Folha A/4). Lisboa: IIE. [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documentos/Avaliacao/avaliacao_criterial.pdf]
- Neves, A. e Ferreira, A. (2015). Avaliar é preciso? Guia prático de avaliação para professores e formadores. Lisboa: Guerra & Paz.
- Santos, L. (Org.) (2010). Avaliar para aprender. Relatos de experiências de sala de aula do préescolar ao ensino secundário. Porto: Porto Editora.











